



CONDUTAS ALIMENTARES SEGUNDO OS TIPOS DE VÍNCULO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE LONDRINA-PR

*Elizângela Santana dos Santos*¹, *Arthur Eumann Mesas*², *Douglas Fernando Dias*³, *Maira Sayuri Sakay Bortoletto*⁴, *Selma Maffei de Andrade*⁵, *Alberto Durán González*⁶

RESUMO: A alimentação saudável é recomendada pelos profissionais da área da saúde como prevenção de várias doenças, porém, o estilo de vida moderno é caracterizado por poder influenciar na escolha dos alimentos da população. Considerando o trabalhador docente, devido a sobrecarga de trabalho e falta de tempo, é possível que os mesmos possam escolher alimentos de fácil preparo ou prontos para ganhar tempo em seu dia-a-dia. Existem dois tipos de contratos de professores: estatutário e não estatutário, e embora as duas classes sofram a precarização docente, o contrato não estatutário é o mais prejudicado por características do vínculo empregatício. Sendo assim, objetivou-se analisar a adoção das condutas alimentares de professores da rede estadual de educação segundo os vínculos de trabalho através de formulário e questionário em 20 escolas da rede estadual de Londrina aplicados em 2012 e 2013. Este estudo pertence ao projeto: “Saúde, Estilo de Vida e Trabalho de Professores da Rede Pública do Paraná”, identificado como PRÓ-MESTRE. As condutas alimentares foram categorizadas em consumo em baixa e/ou média frequência e consumo em alta frequência. Foi classificado como condutas alimentares recomendadas o consumo de frutas, consumo de verduras e/ou legumes, retirada da gordura da carne vermelha e retirada da pele da carne de frango. Já as condutas não recomendadas foram: substituição de refeições por lanches, o consumo de alimentos pré-preparados, consumo de bebidas industrializadas, consumo de salgadinhos ou doces entre refeições principais e comer assistindo televisão ou em frente ao computador. Dos 978 professores entrevistados, 672 (68,7%) eram estatutários e 306 (31,3%) não estatutários, houve predomínio do sexo feminino (68,5%). Os professores estatutários apresentaram maior prevalência de adoção de condutas recomendadas em alta frequência, no entanto, os não estatutários apresentaram maiores prevalências de alta frequência para as condutas não recomendadas. Destaca-se que para o consumo de pré-preparados, o consumo em alta frequência se associou ao vínculo e perdeu associação apenas com a inserção do bloco de condições de trabalho. Concluiu-se que, professores com vínculo precário tendem a adotar com maior frequência o consumo de alimentos pré-preparados e que provavelmente esta característica tem por finalidade o ganho de tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento alimentar; Contratos; Docentes; Hábitos alimentares; Trabalhadores.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Desde a nutrição pelo ato de alimentar-se até do ponto de vista das ciências sociais e humanas, quando se identifica que comer é um ato social que tem interferência de costumes, protocolos e situações. Os padrões tanto de permanência quanto de mudança de hábitos e práticas alimentares são frutos da dinâmica social, e segundo Santos (2005, p. 12), “alimentos não são somente alimentos”.

Sabe-se que a alimentação rica em frutas, verduras e legumes e pobre em gorduras e sódio é aconselhada pela área da saúde como fator protetor para diversas doenças. Com a globalização e as mudanças econômicas, culturais e sociais, acompanharam-se mudanças de renda, mercado de trabalho, estilos de vida e demandas nutricionais (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003). Tendo em vista estas mudanças, Garcia (2003) aponta que o modo de vida urbano impõe a necessidade das pessoas readequarem suas vidas segundo as condições que lhe são dispostas, como “tempo, recursos financeiros, locais disponíveis para se alimentar, local e periodicidade das compras, e outras” (p. 484). Ainda segundo Garcia, a comensalidade contemporânea é caracterizada pela falta de tempo para preparo e consumo de alimentos, produtos gerados com novas técnicas de conservação e preparo e pelo deslocamento das refeições de casa para restaurantes e lanchonetes.

Os professores, também inseridos em todo este contexto de mundo globalizado, são profissionais que normalmente estão sobrecarregados pela alta demanda de tarefas e com a precarização do próprio trabalho (ASSUNÇÃO, 2008). Estes professores podem ser contratados como estatutários ou não estatutários. O docente

¹ Acadêmica do 4º ano do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina-PR. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária. Fonte financiadora da pesquisa: Fundação Araucária e CNPq. E-mail: ss.elizangela@hotmail.com

²⁻⁶ Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina-PR



estatutário é aquele concursado pelo Quadro Próprio do Magistério que desfruta dos benefícios oferecidos pelo Estado e é caracterizado pela estabilidade e garantia de trabalho. Contudo, o professor não estatutário é um docente contratado temporariamente que convive com a alta rotatividade entre as escolas e com a falta de benefícios oferecidos pelo Estado (BASILIO, 2010; BRANDT; SILVA, 2012).

A sobrecarga do docente pode influenciar no tipo de alimentação escolhida, e destaca-se que nesta classe, o professor não estatutário é o mais prejudicado em questões de condições de trabalho. Sendo assim, objetiva-se nesta pesquisa analisar as condutas alimentares adotadas pelos professores da rede estadual de Londrina segundo o tipo de vínculo de trabalho (estatutário e não estatutário).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Estudo epidemiológico observacional do tipo transversal, subprojeto pertencente ao projeto: “Saúde, Estilo de Vida e Trabalho de Professores da Rede Pública do Paraná”, identificado como PRÓ-MESTRE. A pesquisa foi realizada na cidade de Londrina, no Estado do Paraná com o total de 978 professores do ensino médio e fundamental em 20 escolas da rede estadual de Londrina. A coleta de dados foi realizada por graduandos, mestrandos e doutorandos do projeto a partir de entrevistas através de formulário e questionário aplicados em 2012 e 2013 mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Anteriormente a coleta nas escolas de Londrina, foi realizado estudo piloto com professores da rede estadual de ensino da cidade de Cambé. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UEL com parecer registrado (CAAE nº. 01817412.9.0000.5231). Os dados foram duplamente digitados em banco criado no programa Epi Info e analisados utilizando o programa SPSS. Nesta pesquisa as condutas alimentares foram classificadas como recomendadas e não recomendadas, e descritas em consumo em baixa e/ou média frequência e consumo em alta frequência. Foram consideradas condutas recomendadas: consumo de frutas, consumo de verduras e/ou legumes, retirada da gordura visível da carne vermelha e retirada da pele da carne de frango. E como condutas não recomendadas: substituição de refeições por lanches, consumo de alimentos pré-preparados, consumo de bebidas industrializadas ou refrigerantes, consumo de salgadinhos ou doces entre refeições principais e comer assistindo televisão ou em frente ao computador.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES (FINAIS)

Dos 1.505 professores que trabalhavam nas 20 escolas participantes da pesquisa, 379 foram excluídos por darem aula apenas para o ensino técnico ou complementar ou por estarem afastados ou readaptados. Sendo assim, dos 1.126 professores elegíveis, 65 (5,8%) estavam de licença, 63 (5,6%) recusaram participar da pesquisa e 20 (1,8%) não foram encontrados após a quinta tentativa de contato. Portanto, foram entrevistados 978 professores.

Houve predomínio do sexo feminino (68,5%), a maior parte dos professores tinha companheiro (58,5%), a idade variou de 19 a 68 anos com predominância da faixa etária de 40 a 49 anos, 672 (68,7%) professores tinham vínculo estatutário e 306 (31,3%) eram não estatutários.

Em relação às condutas alimentares não recomendadas, observou-se que houve predominância da baixa ou média frequência para todas as condutas analisadas, independente do vínculo. Em contrapartida, os não estatutários apresentaram as maiores prevalências de alta frequência em todas as condutas.

Segundo Bielemann e colaboradores (2015), em sua pesquisa foi apontado que o consumo de alimentos ultraprocessados foi mais frequente entre as mulheres de maior renda e maior escolaridade. Também foi citado que pessoas que nunca foram pobres relataram consumir mais alimentos ultraprocessados comparados às pessoas classificadas como sempre pobres. Estas informações divergem das nossas, pois, os professores estaduais de Londrina com menor renda (não estatutários) que relataram o maior consumo de alimentos pré-preparados, e não os professores com melhores condições econômicas.

Para todas as condutas recomendadas, os estatutários apresentaram maior prevalência de adoção em alta frequência. Sobre essas condutas, em uma pesquisa realizada em Cambé-PR, que avaliou a prevalência de fatores de risco cardiovasculares, constatou-se o baixo consumo de frutas em 54,3% da população e que o baixo consumo de verduras e legumes foi de 35,5%. Este resultado é próximo às frequências de adoção dos professores estatutários de Londrina (55,1% e 42,9% respectivamente). Outro dado deste estudo foi que, para as mulheres o baixo consumo de frutas e verduras foi mais prevalente para as que possuíam piores condições econômicas. Situação que pode se aplicar também à nossa população de estudo, pois, os professores de Londrina com o vínculo mais frágil e condições de trabalho mais precárias apresentaram as maiores prevalências de adoção das condutas não recomendadas e as menores prevalências de condutas recomendadas (SOUZA, et al., 2013).

Ao realizar a análise ajustada por meio da regressão de Poisson com variância robusta, notou-se que o consumo de alimentos pré-preparados esteve associado ao tipo de vínculo, e que perdeu significância apenas com a inserção do bloco de ajustes com variáveis relacionadas às condições de trabalho. Dessa forma, o consumo de alimentos pré-preparados em alta frequência mostrou-se mais prevalente nos professores com



vínculo não estatutário. As demais condutas não recomendadas (consumo de bebidas industrializadas e comer assistindo televisão ou em frente ao computador) apresentaram associação com o tipo de vínculo, porém, perderam esta associação com a inserção dos ajustes pelas variáveis sociodemográficas.

Carús, França e Barros (2014) em sua pesquisa realizada em Pelotas-RS, constataram que os professores em sua maioria almoçam em restaurantes, ao contrário de profissionais como empregados domésticos e serviços gerais que almoçam no trabalho ou em outros locais. Esta realidade se aplica a nossa, pois, considerando a rotina cansativa e acelerada do docente, pode resultar na falta de tempo para alimentação, influenciando na escolha dos tipos de refeições. Para professores com muitos vínculos de trabalho, que tem que se deslocar de uma escola à outra, é previsto que estes indivíduos não tenham muito tempo para se alimentar, e escolham alimentos de preparo rápido ou pré-prontos para consumo. No entanto, estes alimentos em sua maioria possuem altos níveis de gorduras, sódio e açúcares que são prejudiciais à saúde. Em suma, especialmente para os alimentos pré-preparados, as condições de trabalho em nossa pesquisa se mostraram definidoras para o consumo em alta frequência deste tipo alimentos.

No que se refere às condutas recomendadas, o consumo de frutas, verduras e/ou legumes e retirada da gordura visível quando come carne vermelha apresentaram associação com o tipo de vínculo, mas não mantiveram essa associação com os demais ajustes. A retirada da pele da carne de frango não se mostrou associada ao tipo de vínculo na análise bivariada.

4 CONCLUSÃO

Detectou-se que professores com vínculo precário tendem a adotar com alta frequência os alimentos pré-preparados independente de características sociodemográficas, estilo de vida e condições de saúde. Acredita-se que essa adoção aconteça para ganho de tempo do docente, que sobrecarregado pela quantidade de afazeres dos vários vínculos de trabalho, opta por uma refeição mais rápida e prática. Como limitação deste estudo, apontamos que por se tratar de um estudo transversal há a possibilidade de causalidade reversa, ou seja, os professores que já adoeceram e com as piores condições podem não ter sido entrevistados porque já afastaram ou saíram do emprego. Cabe frisar que a escassez de pesquisas que relacionassem os vínculos de trabalho com as condutas alimentares dificultou a discussão, porém, ressalta a importância desta pesquisa e sua originalidade. Salientamos também a necessidade de pesquisas que abordem tanto o perfil alimentar dos docentes em geral como dos diferentes tipos de vínculos, assim como ações de promoção de saúde sobre alimentação saudável e a discussão da possibilidade de refeitórios para os docentes nas escolas.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, A. A. Saúde e mal-estar do(a) trabalhador (a) docente. **VII Seminário Redestrado**, Belo Horizonte, jul. 2008.

BASILIO, J. R. Professor eventual: bico e desemprego na escola pública paulista. **Seminário do Trabalho, VII, 2010. Anais...**

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 2003.

BIELEMANN, R.; MOTTA, J.; MINTEN, G.; HORTA, B.; GIGANTE, D. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. **Rev. Saúde Pública**. V. 49, p. 1-10, 2015.

CARÚS, J.P.; FRANÇA, G.V.A.; BARROS, A.J.D. Local e tipo das refeições realizadas por adultos em cidade de médio porte. **Rev. Saúde Pública**. 2014.

GARCIA, R.W.D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**. Campinas, out/dez 2003.

SANTOS, C. R. A. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: questões & debates**. Curitiba, n.42, p. 11-31. 2005.

SILVA, G. L. F.; BRANDT, C. F. Os cortadores de cana na educação: uma análise das representações sociais do trabalho docente dos professores concursados entre professores não concursados. **Seminário de Pesquisa do PPE**, Maringá, mai. 2012.



SOUZA, R.K.T.; BORTOLETTO, M.S.S.; LOCH, M.R.; GONZÁLEZ, A.D.; MATSUO, T.; CABRERA, M.A.S.; REMOND, F.A.; YONAMINE, C.Y. Prevalência de fatores de risco cardiovascular em pessoas com 40 anos ou mais de idade, em Cambé, Paraná (2011): estudo de base populacional. **Epidemiol. Serv. Saúde**. Brasília, jul-set 2013.